PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Dos Sres. Helder Salomão, Leonardo Monteiro, Luiz Couto e Waldenor Pereira)

Altera a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências, para proibir o porte de arma de fogo em período eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

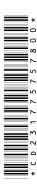
Art. 1º Esta Lei altera a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências, para proibir o porte de arma de fogo em período eleitoral.

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

`Ar	t.																																
60								 																									
• • • •	• • •	• • •	• • •	• •	• •	• • •	• • •	 • •	• •	• •	• •	• •	• • •	• •	• •	• •	• •	• •	• •	• •	• • •	• •	• •	• •	• •	• •	• •	• • •	• • •	• • •	• •	• •	• •

§ 8º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, das 72 (setenta e duas) horas que antecedem o pleito eleitoral até 72 (setenta e duas) horas após, salvo aos integrantes dos órgãos e







CÂMARA DOS DEPUTADOS DEPUTADO HELDER SALOMÃO - PT/ES

instituições referidas nos incisos I a VIII e X e XI, quando exclusivamente em serviço e esse porte for essencial".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos períodos eleitorais, é francamente perceptível a ocorrência de atos de violência política. Notícias nesse sentido jorram dos meios de comunicação social, por vezes, dizendo de vítimas fatais.

Assim, quando ânimos exaltados pela disputa e interesses mais vários correm o risco de serem exacerbados, é uma boa medida restringir o porte de armas de fogo, diminuindo, assim, a possibilidade do cometimento de crimes pelo disparo de armas de fogo.

Esse é o objeto do projeto de lei que ora apresentamos, de modo que somente os integrantes dos órgãos e instituições referidas nos incisos I a VIII e X e XI do art. 6º do Estatuto do Desarmamento, o que deixa de fora os CACs, que estão referidos no inciso IX, poderão dispor do porte de arma de fogo e, mesmo assim, quando exclusivamente em serviço e esse porte for essencial.

Desse modo, contamos com os nossos Pares para que este Projeto de Lei possa prosperar.

Sala das Sessões, em de

de 2023.

Deputado HELDER SALOMÃO PT/ES





Apresentação: 14/02/2023 20:18:55.650 - MESA



CÂMARA DOS DEPUTADOS DEPUTADO HELDER SALOMÃO - PT/ES

Deputado LEONARDO MONTEIRO PT/MG Deputado LUIZ COUTO PT/PB Deputado WALDENOR PEREIRA PT/BA

2023.542 – Eleição armas





Projeto de Lei (Do Sr. Helder Salomão)

Altera a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências, para proibir o porte de arma de fogo em período eleitoral.

Assinaram eletronicamente o documento CD231775757800, nesta ordem:

- 1 Dep. Helder Salomão (PT/ES) Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Luiz Couto (PT/PB) Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Leonardo Monteiro (PT/MG) Fdr PT-PCdoB-PV
- 4 Dep. Waldenor Pereira (PT/BA) Fdr PT-PCdoB-PV